

## **O ESTUDO DO MEIO URBANO E A QUESTÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA ESCOLAR**

Wilson José Siqueira

Licenciado em Geografia pela FIO-Faculdades Integradas de Ourinhos-SP

Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Msc. Coaracy Eleutério da Luz

Docente do Departamento de Geografia – Universidade Estadual do Norte do Paraná

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é repensar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores de geografia em salas de aulas referentes ao desenvolvimento dos conteúdos do meio urbano com destaque à produção dos espaços de segregação social. Foi adotada a pesquisa de campo como metodologia de trabalho, a qual deveria ser mais e melhor explorada pelos docentes. Os resultados obtidos foram observados através da participação efetiva e expressiva de todos os alunos envolvidos nas atividades, assim como na elaboração de quadros e gráficos a partir dos dados levantados na pesquisa. A apresentação dos trabalhos feita pelos alunos possibilitou concluir que é possível fazer um ensino-aprendizagem motivador, onde os conceitos científicos se aprendem a partir do conhecimento da própria realidade. Palavras-chave: Cidade. Segregação. Favela. Ensino de Geografia.

### **ABSTRACT**

This article aims to review the teaching practices adopted by geography teachers in the classroom for the development of content on the urban environment, especially the production of space of social segregation. We adopted the field research as a methodology of work, which should be more and better explored by teachers. Results obtained were observed by the effective and meaningful participation of all students involved in the activities, as well as in the preparation of tables and charts from data collected in the survey. A presentation of the work done by students led us to conclude that it is possible to make a motivating teaching-learning program, where scientific concepts are learned through the knowledge of their own reality. Keyword: City. Segregation. Slum. Teaching Geography.

## 1. INTRODUÇÃO

O objeto de estudo da Geografia é o espaço geográfico, entendido como aquele produzido e apropriado pela sociedade, composto por objetos – naturais, culturais e técnicos – e ações pertinentes a relações socioculturais e político-econômicas (SEED, 2006, p. 23). A Geografia se configura, então, como uma ciência social, fruto da interação constante entre o homem, organizado socialmente, e o meio natural.

Neste sentido, este artigo objetiva compreender a dimensão sócio-econômica e política da produção do espaço urbano, dando enfoque à questão da segregação socioespacial e como este conteúdo vem sendo trabalhado em sala de aula.

Pensar a cidade é concebê-la como espaço vivo e em constante mudança, reflexo de uma sociedade fragmentada em classes e onde se fundem os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência à segregação socioespacial e pelo direito à cidade. Por isso mesmo a cidade reflete as desigualdades e contradições sociais, expressa nos espaços segregados.

Na realidade, o espaço urbano ou a cidade apresenta-se, paradoxalmente fragmentado e articulado. A fragmentação corresponde à divisão deste em espaços menores, de acordo com o uso que se fará de cada uma das partes, ou seja, área do comércio, industrial, residencial de alto e de baixo padrão, e a articulação corresponde às relações de interdependência entre as partes feita pelos fluxos de pessoas, veículos e mercadorias (CORRÊA, 2005, p. 7).

O espaço urbano é ainda o reflexo da sociedade a que está associado. No sistema capitalista ele reflete a estrutura social classista ao apresentar formas heterogêneas entre formas de vida e de moradia, que originam contrastes que chocam qualquer observador sensível às mazelas sociais, “por um lado, a favela [...] em bairros periféricos e afastados geralmente, sem infra-estrutura. De outro, os apartamentos de classe média e os de alto padrão com áreas de até 1000 m<sup>2</sup>, e os sobrados, as mansões em ruas arborizadas pontilhadas por guaritas com guardas uniformizados” (CARLOS, 2007, p.22)

Sendo assim, o objetivo deste artigo é o de fazer uma abordagem da forma com que alguns livros didáticos tratam os conteúdos relacionados ao Espaço Urbano e os enfoques que dão à questão da segregação sócio-espacial procurando averiguar se as obras estão estruturadas em uma perspectiva tradicional ou crítica e

propor o desenvolvimento deste conteúdo a partir da realidade dos alunos utilizando como metodologia de trabalho a pesquisa de campo em conjunto com os alunos.

Tal proposição é resultado do Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola do Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná (PDE), o qual consistia em envolver os alunos do 1º ano do Ensino Médio em uma pesquisa no bairro Nossa Senhora das graças em Jacarezinho, estado do Paraná.

O referido bairro é uma área de segregação socioespacial, pois se trata de uma área de favela, localizada na periferia da cidade, de onde vem parte considerável dos alunos do Colégio Estadual Anésio de Almeida Leite.

A pesquisa foi fundamentada na coleta de dados obtida “in loco” pelos alunos e em materiais coletados junto à Prefeitura Municipal de Jacarezinho. A sustentação do trabalho dá-se pela abordagem quantitativa e qualitativa do objeto estudado. E por fim, traremos os resultados referentes à implementação do referido Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola.

## 2. BREVE HISTÓRICO DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Antes de iniciar a análise da forma com que o conteúdo ‘espaço urbano’ é tratado nos livros didáticos são necessárias algumas considerações do ensino de Geografia praticado nas escolas públicas e os vieses pedagógicos a ela aplicados.

A Geografia tradicional sempre teve uma relação muito íntima e emaranhada com o ensino escolar veiculado à sociedade capitalista da pós-revolução industrial, de meados do século XIX. Durante todo este século, houve muitas disputas entre vários grupos políticos representantes da Igreja e do Estado para apoderarem-se da educação escolar. Ao Estado, vitorioso, coube organizar uma educação pública nacional com o objetivo de dar caráter cívico ao ensino de cada país, em forma de educação patriótica e nacionalista que justificasse os acontecimentos bélicos que estariam por vir (OLIVEIRA, 1994, p.30).

Cabe lembrar, que a expansão do ensino público pelo Estado ocorria para atender a demanda do sistema capitalista, do grande desenvolvimento da industrialização clássica e do inchaço das cidades causado pela urbanização e concentração populacional.

Portanto, a escolarização da sociedade era necessária para assegurar a hegemonia da classe dominante: a burguesia. Pode-se dizer que o sistema escolar

público organizado pelo Estado produzia, reproduzia e legitimava as relações de classes na medida em que impunha a disciplina incontestada, a hierarquia submissa e uma pedagogia repressiva, na qual o saber imposto deveria se “engolido” e “vomitado” pelos alunos.

A escola (...) habituava os alunos à disciplina necessária ao trabalho na indústria moderna, a realizar sempre tarefas novas sem discutir para que serviam, a respeitar a hierarquia; e servia como absorvente de parte do exército de reserva, segurando contingentes humanos ou jogando-os no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do momento. (OLIVEIRA, 1994, p. 31)

A Geografia Tradicional se encaixava perfeitamente naquele modelo de sociedade, embora permaneça presente no ensino atual. Seu campo teórico encontrava-se totalmente desvinculado da prática, e ainda hoje há de se questionar a aplicação prática do que se ensina nos bancos escolares.

Os alunos deveriam desenhar muitos mapas com o intuito de lhes introjetar a imagem simbólica da pátria, inculcar-lhes a idéia de que a forma do território do seu país é natural e eterna. A Geografia deveria destacar-lhes a potencialidade do seu país, sua originalidade, o “futuro” glorioso do por vir. O Estudo do Brasil deveria começar pela área e o formato do território, latitude, longitude, fusos horários, destacar a imensa riqueza natural, etc. Nessa perspectiva, o Brasil não representa povo ou sociedade, mas passa a ter somente o significado de território.

Será que estamos falando de um ensino já ultrapassado? O que se ensina nas aulas de Geografia em pleno século XXI? Ainda estão priorizando os aspectos físicos da natureza sem vinculá-los à ação do homem socialmente organizado. E os problemas políticos e sociais, como estão sendo trabalhados? Parece que a Geografia como “discurso da Pátria” introduzido no Brasil por Aroldo de Azevedo, na segunda metade do século XX, ainda desempenha papel importante na prática docente.

A crise da geografia aparece como insatisfação de geógrafos e professores com sua disciplina, seu caráter descritivo e mnemônico, sua compartimentação em ramos estanques (física e humana, regional e geral), sua metodologia pouco séria, o avanço sobre outras ciências por copiar-lhes certos ensinamentos, etc. (OLIVEIRA, 1994, p.34).

Para a Geografia de hoje não cabe mais este tipo de ensino, pois ele perdeu sua importância. O espaço construído, social, fruto da humanização da natureza, *lócus* de lutas e conflitos – não é mais um espaço inerte, a ser apropriado pelo homem através da expansão econômica ou pelos interesses belicosos, e sim algo vivo, em constante mutação.

Entender o espaço como organismo vivo é tentar renovar suas lições, é trabalhar com o real, é acompanhar as metamorfoses do mundo. A Geografia tem que dar conta de compreender e explicar a organização do espaço geográfico e as lutas e conflitos nele e por ele travados.

Surge, daí, a importância do ensino de Geografia na Educação Básica. Deixando de lado a ação descritiva da Geografia Tradicional e conciliando teoria e prática, o professor deve trabalhar a organização espacial partindo da realidade do aluno.

É preciso renovar o ensino de Geografia. E o caminho mais profícuo para a renovação é desenvolvê-la em uma perspectiva crítica, que conceba o espaço como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais.

Deve-se levar o aluno a compreensão histórica da organização do espaço local e, a partir deste, lançar vãos para compreender outras escalas espaciais maiores.

Desde o final da década de 1970, aqui no Brasil, tem-se discutido a renovação do ensino da Geografia. Entretanto, na Educação Básica do Ensino Público, e mesmo em muitas instituições de Ensino Superior, esta nova Geografia ainda não se consolidou.

Embora velhas práticas docentes ainda permeiem o fazer escolar é necessário que geógrafos e professores de Geografia construam um saber renovado.

E se o professor não raciocinar em termos de 'ensinar algo' e sim de 'contribuir para desenvolver potencialidades' do aluno, ele verá que o conhecimento também é poder, serve para dominar ou combater a dominação, e que o educando pode tornar-se co-autor do saber (com os estudos do meio, debates freqüentes, textos e conteúdo adequados à realidade social e existencial dos alunos, etc.). (OLIVEIRA, 1994, p. 37)

Enfim, é na realidade local onde estão inseridos professor e alunos que um novo modo de adquirir conhecimento pode ser alcançado, pois este espaço é fruto da práxis coletiva dos grupos que ali residem. Desta forma é que se faz da Geografia uma ciência renovadora e crítica.

### 3. O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO E A ABORDAGEM DO ESPAÇO URBANO

Vivemos numa sociedade letrada e, por isso, o ensino se pauta, fundamentalmente, no texto escrito. Quando se envolvem os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, o texto escrito pode ser apresentado em várias formas. Uma delas é o livro didático. E é dessa forma de apresentação do texto escrito que vamos tratar neste momento.

Destacamos que os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem são os professores e os alunos. A eles, no entanto, somam-se outros elementos que, quando entram em cena, exercem papel ativo nesse processo, que são a escola e o livro didático.

Tratando especificamente do papel do livro didático no processo de aprendizagem percebe-se que ele tem sido um importante instrumento pedagógico, embora muitos deles tragam erros que prejudicam o aprendizado do aluno. Quando esses erros somam-se à falta de preparo do professor surgem os danos que são irreparáveis na formação do indivíduo.

Cabe ao professor estar atento ao seu trabalho em sala de aula, já que o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor e o melhor livro desanda na sala de um mau professor. O melhor livro é apenas um livro, instrumento auxiliar de aprendizagem.

A função social e pedagógica do livro didático é muito relevante, pois esta associada à construção do conhecimento através do texto impresso. Infelizmente, nossos alunos o encaram com o saber absoluto e verdadeiro, e nossos professores, na maioria das vezes, não se vêem capazes de transformá-lo, apegando-se muitas vezes nos planos de curso impressos nos livros.

Quanto ao conteúdo relacionado ao Meio Urbano vale dizer que nos livros mais antigos dificilmente são encontrados alguma referência a ele, isto porque a

Geografia brasileira, a exemplo da corrente francesa que muito a influenciou, dava ênfase aos fenômenos da natureza, enfocando a Geografia dos lugares e não a dos homens.

Essa linha de pensamento tradicional dava total insignificância aos estudos da Geografia Urbana e os livros didáticos, até pouco tempo, refletiam esta forma de pensar.

Somente no final da década de 1970 e durante a década de 1980 é que a Geografia, impulsionada pelo movimento de reflexão crítica desencadeado em importantes países, traz para o Brasil uma nova perspectiva de análise, na qual a cidade passa a ser vista como produção social, ou seja, materialização do trabalho humano, sendo analisada a partir das relações sociais de produção.

Entretanto, aquilo que se discutia nas academias e nos congressos da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) não chegava ao professor de Geografia do então ensino de 1º e 2º graus.

Passados vinte anos do início do movimento de renovação da Geografia questiona-se se alguma coisa mudou. Os livros didáticos atuais estão estruturados numa abordagem crítica? Os professores da Educação Básica têm conhecimento dessas novas abordagens? O conteúdo urbano é contemplado de forma crítica nos livros didáticos?

Feitas essas considerações vejamos como os conteúdos relacionados ao Meio Urbano e a questão da segregação socioespacial são abordados em duas obras representativas do ensino de Geografia no Estado do Paraná: 1º) “Geografia” - Projeto Araribá, organização Editora Moderna; e “Geografia Crítica” de J. Willian Vesentini e Vânia Vlach.

Explicamos que a seleção de apenas estas duas obras deve-se, primeiramente ao fato de serem estes livros os escolhidos no PNLD – Plano Nacional do Livro Didático, pelos docentes paranaenses, e em segundo lugar por ser eles representantes de duas formas diferentes de estruturação do currículo geográfico e, também, de perspectivas ideológicas.

Na tentativa de delimitar este trabalho de análise vamos nos deter em três aspectos do conteúdo em questão: o processo de urbanização, a rede urbana e problemas urbanos com enfoque às questões socioespaciais.

## 4. ANÁLISE DAS OBRAS DIDÁTICAS

### 4.1. Quanto ao processo de urbanização

Livro: “Geografia” – Projeto Araribá – Org. Ed. Moderna

Os organizadores iniciam o capítulo relacionando a urbanização do Brasil com o início da industrialização, porém não fazem uma análise crítica sobre a organização do espaço urbano, além do que, não relaciona nosso processo de urbanização ao ocorrido em escala mundial.

Encontramos apenas pequenas citações sobre a origem da urbanização mundial, embora também, não estejam vinculadas aos diferentes processos ocorridos nos mais variados países do mundo, como se pode observar no trecho desta obra “o processo de urbanização ocorreu de maneira bastante diferente em todo o mundo; principalmente se compararmos o grupo de países desenvolvidos e o daqueles considerados subdesenvolvidos” (EDITORA MODERNA, 2006, p. 98).

Porém, não se encontra nenhuma comparação destes diferentes processos de urbanização em nenhum lugar do livro.

Os organizadores priorizaram a análise da origem e desenvolvimento da indústria, deixando de focar o desenvolvimento dialético das cidades brasileiras, Encontramos uma pequena citação sobre elas da seguinte forma:

Até a década de 1960, quando nosso país era predominantemente rural, já havia muitas cidades. Contudo, a existência delas dependia do campo e do mercado externo, já que nossa economia era agro-exportadora. Dessa forma, naquele momento, era o meio rural que representava oportunidade de trabalho e sobrevivência (EDITORA MODERNA. 2006, p. 87).

No desenvolvimento do conteúdo, a cidade enquanto espaço criado através do processo histórico, fruto das relações sociais e em permanente metamorfose é totalmente ignorada. É vista apenas no contexto da urbanização, processo originado dos interesses da elite industrial do país, desde o início do século XX aos dias atuais.

Concomitante a esta atividade ou a ela relacionada de forma simbiótica a ela estão outras como o comércio e a prestação de serviços. Assim escrevem os organizadores da coleção:

Na década de 1970, o perfil da economia brasileira foi se modificando: de predominantemente agro-exportadora, nosso país passou a ser também industrializado. E foi a industrialização que acabou intensificando o processo de urbanização (...) podemos definir a industrialização com um processo em que a atividade industrial passa a comandar a economia de uma sociedade, tornando as outras atividades subordinadas a ela. (EDITORA MODERNA, 2006, p. 88)

Percebe-se que os autores escrevem sobre o tema de forma concisa, não deixando margem a uma análise mais aprofundada, que leve à compreensão do fenômeno urbanização.

Livro: “Geografia Crítica” – J. Willian Vesentini e Vânia Vlach

Diferentemente da obra anterior, estes autores iniciam o estudo sobre a urbanização abordando a Divisão Territorial do Trabalho entre campo e cidade e numa linha temporal e histórica, que ao novo ver é fundamental para entendermos o surgimento das cidades. Abaixo alguns fragmentos do texto:

Durante muitos séculos, a prática da pecuária e a da agricultura, que se desenvolvia no campo, apenas garantia a sobrevivência do grupo social, sem garantir a acumulação de recursos. Com o tempo, os grupos humanos começaram a obter um excedente de alimentos e outros produtos (...) Até conseguir o excedente econômico, praticamente todos os membros de um mesmo grupo social trabalhavam na terra (...) depois disso, deixou de ser necessário que todos se dedicassem às atividades manuais (...) pela primeira vez uma minoria começou a executar outras atividades: comerciantes, sacerdotes, militares ou administradores. Essas atividades eram desenvolvidas nas cidades. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 72)

No final deste texto os autores já introduzem, numa linha seqüencial, o próximo texto a ser estudado: a urbanização e a industrialização. Parte-se da Revolução Industrial do século XVIII chegando-se à complexidade da urbanização dos dias atuais. Não esquecem também de introduzir no contexto as transformações do campo e o êxodo rural.

Ao mesmo tempo em que o espaço urbano crescia com a industrialização, o campo também sofria importantes mudanças: novas técnicas foram introduzidas na agropecuária, o que aumentou consideravelmente a produtividade. A mecanização da agricultura diminuiu a necessidade de mão-de-obra no campo, enquanto crescia a necessidade de trabalhadores nas fábricas e nos serviços urbanos. Isso fez os moradores do campo se deslocarem para as cidades – o que ficou conhecido como migrações rural-urbanas. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 73)

A industrialização é tratada não em si mesma, como se fosse um processo de autogestão, mas sim como processo dinâmico e propulsor da urbanização. Com o desenvolvimento de espaço fabril ocorre a construção de um novo espaço geográfico, porém os processos de industrialização e urbanização ocorrem de forma diferenciada entre países ricos e pobres.

Nos países do Primeiro Mundo estes processos evoluíram a partir do século XVIII e no transcorrer do século XIX, com base na produção de novas tecnologias e fontes de energia modernas. Isto foi considerado uma verdadeira revolução urbano-industrial, uma vez que as migrações rural-urbanas ocorridas com a Revolução Industrial provocaram um aumento extraordinário da população das cidades.

Nas cidades do Primeiro Mundo, pela primeira vez na história da humanidade, a indústria propiciou a construção do espaço geográfico contemporâneo. Em outras palavras, a moderna sociedade industrial construiu – e continuamente reconstrói – um espaço que atende a seus interesses. É o espaço urbano, que constitui o meio ou ambiente mais humanizado, com mais transformações da natureza. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 79).

Já nos países subdesenvolvidos, Vesentini e Vlach (2007, p. 80-82) destacam que estes processos foram marcados pela industrialização tardia ocorrida no século XX e foi a base do crescimento industrial – de caráter substitutivo – de países como o Brasil, Argentina, México, Chile, e outros.

O processo de industrialização tardia, que caracterizaria os países subdesenvolvidos, explica por que é recente a urbanização nesses países. A industrialização fraca para absorver tanta mão-de-obra disponível, o crescimento da população urbana devido às altas taxas de natalidade e êxodo rural são fatores que levaram os países do Terceiro Mundo a desenvolverem uma urbanização carregada de problemas sociais.

Indo nesta seqüência lógica de estruturar o conteúdo é interessante verificar como os autores fecham a questão da urbanização falando do desenvolvimento urbano no Brasil buscando contextualizar a construção do espaço urbano no Brasil. Acreditamos que esta forma de estruturar o conteúdo é de suma importância para que haja uma verdadeira compreensão por parte do aluno daquilo que o professor ensina. Neste sentido, os autores remontam ao século XVI, com o surgimento das primeiras cidades dispostas ao longo do litoral, principalmente nordestino, em virtude da atividade canavieira. Destaca a fundação da primeira capital da colônia, a cidade de Salvador, pelo governador-geral Tomé de Souza, além de Recife e Olinda. Entretanto, estas cidades não tinham muita importância como destacam os autores:

Durante todo o período em que a economia brasileira dependeu da monocultura canavieira, a maior parte da população vivia no campo (...) Por isso nessa época não chegou a se estabelecer efetivamente uma sólida divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade. Do ponto de vista econômico, as cidades limitavam-se a ser um elo com o mercado europeu. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 83)

Apenas no começo do século XVIII, a mineração favoreceu uma divisão territorial do trabalho entre campo e cidade e, gradativamente entre várias cidades.

Assim pela primeira vez estabeleceram-se intensas relações comerciais entre o nordeste açucareiro, o centro minerador e o sul pecuário da colônia. Dessa forma surgiram cidades como Cuiabá, Barbacena, Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Mariana, Cáceres, Goiás e outras. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 83)

A partir da primeira metade do século XX, a lavoura cafeeira ocasionou um crescimento significativo de pequenas e médias cidades, concentradas no eixo Rio-São Paulo, depois avançando por todo interior do estado de São Paulo e atingindo o norte do Paraná. Mas, o processo de urbanização do país só se iniciou no século XX com a industrialização.

A indústria atraiu um grande número de pessoas que migraram do campo para a cidade, o que deu início à urbanização. Só então a população das cidades passou a crescer mais do que a população rural do país. Trata-se, portanto, de uma urbanização recente. Apenas em 1970 a população urbana brasileira, que correspondia a 56% do total, ultrapassou pela primeira vez a população rural (44%). Em 1980, ela já correspondia a 67% e, em 2000, a 81,2%. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 85)

Acreditamos que esta é a forma correta de desenvolver este conteúdo com os alunos. Pode ser mais complexo abranger tantas informações ao estudar determinados assuntos, mas é justamente esta complexidade das coisas que trazem a compreensão real daquilo que estamos estudando. Simplificar o conteúdo pensando que com isto está ajudando seu aluno é o mesmo que não acreditar na sua capacidade cognitiva e ao mesmo tempo estará prejudicando-o, pois em vez de dar-lhe o conhecimento total impõe-lhe o conhecimento superficial do mundo.

#### 4. 2. Quanto à Rede Urbana

Livro: “Geografia” – Projeto Araribá – Org. Ed. Moderna

Este conceito é desenvolvido da seguinte maneira: algumas cidades brasileiras, por concentrar serviços, comércio e órgãos públicos, acabam atraindo moradores de outros locais. Isso quer dizer que elas exercem influência econômica, política e cultural sobre outros lugares, por causa da melhor infra-estrutura urbana e dos bens e serviços que oferecem. São municípios que apresentam uma grande centralidade, acabando por polarizar uma determinada área (EDITORA MODERNA, 2006, p. 92).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu os municípios brasileiros em oito níveis de atração, da máxima a muito fraca centralidade. Fortaleza, Recife, Salvador, Goiânia, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre são os municípios brasileiros de centralidade máxima. São Paulo é a cidade que tem maior poder de atração sobre cidades de todas as regiões brasileiras (EDITORA MODERNA, 2006, p. 93).

Essa relação de atração/influência que os municípios têm uns sobre os outros é o que denominamos rede urbana. De acordo com a atração e a influência que as cidades exercem sobre uma determinada área, há uma hierarquia na classificação da rede urbana: metrópole global, metrópole nacional, metrópole regional, centro regional, centro sub-regional muito importante, e centro regional importante (EDITORA MODERNA, 2006, p. 93).

A crítica que fazemos recai sobre a forma como está estruturado o texto. Colocado desta forma até parece que em todos os países existe uma rede urbana

plenamente desenvolvida bastando para isso que existam cidades hierarquicamente superpostas uma a outra.

Entretanto, para existir uma verdadeira rede urbana é necessária uma intensa urbanização com industrialização. Países ou áreas pouco urbanizados e industrializados possuem redes urbanas precárias e mal constituídas. As redes urbanas são típicas dos países desenvolvidos e, em geral, são raras ou imperfeitas nos países do Sul, salvo poucas exceções.

Uma verdadeira rede urbana pressupõe não apenas um grande número de cidades e de população urbana, mas também bons transportes e um intrincado sistema de fluxo (movimento) constante de mercadorias e de pessoas.

Livro: “Geografia Crítica” – J. Willian Vesentini e Vânia Vlach

Para esses autores, rede urbana além de ser um sistema de relações políticas, econômicas e culturais que as cidades estabelecem entre si, obedecendo a uma hierarquia, envolvem também os espaços rurais próximos. Isso porque, desde a Revolução Industrial, as atividades do campo passaram a ser exercida de acordo com os interesses da cidade.

Neste livro está enfatizada a relação da rede urbana com o processo de industrialização. E isto é extremamente importante. Por que o aluno tem que entender que esta hierarquia que se encontra organizada hoje no espaço é resultado de decisões e interesses econômicos que pairavam sobre o mesmo espaço em tempos passados. Portanto, esta hierarquia é construída ao longo do tempo e reflete a força econômica e política de grupos que vivem nos espaços urbanos.

Neste contexto, ao estudar a rede urbana de uma região ou de um país deve-se buscar o entendimento dos grupos econômicos e políticos que comandam as atividades daquele lugar.

#### 4.3. Quanto aos Problemas Urbanos com destaque para as questões socioespaciais

Livro: “Geografia” – Projeto Araribá – Org. Ed. Moderna

Os organizadores não exploraram mais profundamente os fatores determinantes da organização espacial de uma cidade, como se o espaço urbano

existisse por si só. Em apenas duas passagens do texto encontramos referências a estes aspectos. Em uma delas lê-se:

Que nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, os contrastes são marcantes: é comum encontramos lado a lado favelas e condomínios de alto padrão, ou, ainda, luxuosos e confortáveis automóveis importados circulando na mesma avenida em que trafegam ônibus conservados precariamente e lotados de passageiros”. (EDITORA MODERNA, 2006, p. 87).

E mais adiante:

Da população considerada pobre, ou extremamente pobre, a maioria vive nas cidades, principalmente naquelas localizadas nas regiões metropolitanas. Também nessas regiões vivem 80% da população moradora de favela. No entanto, pobreza urbana e moradias precárias cada vez mais são encontradas em cidades médias. (EDITORA MODERNA, 2006, p 97)

Percebe-se, assim, a pouca importância dada ao tema, não se explora a forma com que o espaço urbano é constituído e as intensas relações nele desenvolvidas. Os autores não deviam deixar de considerar que este espaço é construído coletivamente e reconstruído a todo o momento. As forças deste constructo vivenciam relações de dependência e dominação gerando conflitos que levam, em muitas ocasiões, ao embate direto entre seus personagens.

O espaço urbano um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORRÊA, 2005, p. 11)

Esses personagens são, segundo Corrêa (2005, p. 12): “(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos.” Mas esses aspectos não são trabalhados pelos autores.

Livro: “Geografia Crítica” – J. Willian Vesentini e Vânia Vlach

Os autores enfocam dois aspectos relacionados às diferenças socioespaciais: desigualdades provenientes dos sistemas sócio-econômicos e políticos de cada país e desigualdades entre países. Em relação ao primeiro aspecto colocam que:

As desigualdades aparecem com clareza na organização do espaço geográfico. Geralmente, este reflete a sociedade. Quando ela é igualitária, isto é, quando as pessoas têm um nível de vida semelhante, o espaço também apresenta poucas variações, com exceção daquelas já fornecidas pela natureza: praias, morros, matas nativas, etc., e quando a sociedade é muito desigual e dividida, como acontece com mais freqüência, o espaço mostra-se com áreas desiguais. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 24)

Em relação ao segundo aspecto, as desigualdades são materializadas na divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Também em escala planetária existem grandes desigualdades sociais e, conseqüentemente, espaciais. No espaço mundial encontram-se, de um lado, algumas áreas riquíssimas, com modernos arranha-céus, inúmeras linhas de metrô, automóveis de todos os tipos, lojas luxuosas, etc., e de outro, regiões extremamente pobres, em que quase não existem estradas, boa parte do transporte de cargas é feita por carros de boi, as populações mal têm o que comer ou o que vestir, etc. Costuma-se agrupar essas desigualdades internacionais, de forma simplificada, em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou o Norte e o Sul geoeconômicos. (VESENTINI; VLACH, 2007, p. 24)

Destacam os autores que nos países subdesenvolvidos, a pobreza da maioria da população é agravada pelo fato de a renda ser concentrada nas mãos de uma minoria rica. Comumente os 10% mais ricos detêm 40 ou 50% da renda nacional, isto é, da riqueza total do país, e os 60% mais pobres dispõem, no mínimo de 35% da riqueza total do país.

Ao comparar as duas obras, conclui-se que os conteúdos apresentados no Projeto Araribá apresentam-se na forma de um conhecimento pronto e acabado. A cidade não é encarada como um produto histórico e social. Perguntas como: para que, por quem e para quem as cidades foram construídas não merecem destaque. Elas surgem do nada e o que fica explícito é somente a sua aparência.

Apesar de apresentar alguns (poucos) trechos críticos, a maior parte desta obra encontra-se estruturada baseada em muitos aspectos da Geografia Tradicional, os autores assumem uma postura estritamente tradicional em seus encaminhamentos teórico-metodológicos e conceituais.

Em “Geografia Crítica” o conteúdo geográfico é apresentado de forma renovado e crítico, cuja preocupação pedagógica é, sempre que possível, levar o aluno a construir conceitos, e não meramente recebê-los prontos. Dessa forma, o aluno é incentivado a refletir e discutir, a motivar-se para o estudo da dinâmica entre sociedade e natureza, para o estudo do espaço produzido pela humanidade.

Pois, para estudar a organização da espacialidade de determinada área (local, regional ou global), a qual constitui a essência da Ciência Geográfica, assim como as localizações dos eventos (objetos e ações) o caminho inicial é buscar respostas para questões como: Onde? Quando? Por quem? Por que aqui e não em outro lugar? Como é este lugar? Por que este lugar é assim? Por que as coisas estão dispostas desta maneira? Qual a significação deste ordenamento espacial? Quais as conseqüências deste ordenamento espacial? (SEED, 2006, p.24).

Fora disso, não estaremos fazendo uma Geografia viva, crítica e transformadora com nossos alunos, mas sim reproduzindo velhos ranços da Geografia Tradicional baseada na memorização do conhecimento descartável.

## 5. PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA NA ESCOLA

O trabalho desenvolvido com os alunos faz parte do Projeto de Intervenção Pedagógica do PDE – Plano de Desenvolvimento Educacional do Estado Paraná, o qual consistia em realizar uma pesquisa, cujo nome era: Meio Urbano e Segregação Socioespacial: uma forma de entender o local, no Bairro Nossa Senhora das Graças, em Jacarezinho/PR envolvendo os alunos do 1º Ano do Ensino Médio.

Dois motivos explicam a escolha deste bairro para realização da pesquisa. Primeiro porque, como o próprio nome do projeto diz era realmente pela vontade de trabalhar o local do aluno, com coisas práticas, fugindo um pouco da teoria, priorizando o espaço mais próximo deles.

Pois, é neste espaço que se localizam sua residência, sua escola, os lugares públicos que freqüentam, é onde nasceram, onde interagem, constroem, sonham, enfim, vivem suas vidas intensamente.

Mas, é também o *locus* dos conflitos – latentes ou não –, originados pelas relações de poder, submissão ou enfrentamento de grupos ou classes sociais. Resulta desta disputa de interesses o acúmulo de riqueza para uns e pobreza para outros. Esse contraste se materializa através da paisagem da cidade.

Segundo motivo, porque nas Diretrizes Curriculares da Educação do Estado do Paraná está explícito que para a formação de um aluno consciente das relações sócio-espaciais de seu tempo, o ensino de Geografia deve assumir um caráter crítico, que incorporam os conflitos e as contradições sociais, econômicas, culturais e políticas de um determinado espaço. Foi com esse propósito de estudar as relações sócio-espaciais do “local do aluno”, ou seja, seu bairro e sua cidade que surgiu a idéia de realizar esta pesquisa.

Compreender os processos e formas espaciais que constituem esta paisagem é oportunizar ao educando a compreensão de sua própria vida, pois despertará nele a consciência espacial, condição necessária para torná-lo sujeito apto a utilizar-se de sua cidadania. Todos ganham nesse processo de aprendizagem. Por um lado, a escola beneficia-se de uma nova metodologia de ensino, a qual se pretende desenvolver para trabalhar o referido conteúdo, com o propósito de atrair os alunos para a frequência e participação às aulas e, por outro, beneficiam-se os alunos na medida em que se tornam críticos e participativos, não só da vida escolar, mas também dos fatos e da organização de sua comunidade.

Constitui tarefa difícil fazer com que alunos que se encontram em faixas etárias tão novas entendam a organização do espaço urbano, onde as relações – políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, étnicas, e outras, – são extremamente complexas. Entretanto, cabe à educação geográfica desvendar os fatores condicionantes e conseqüentes destas complexas relações estabelecidas no espaço.

A caminhada em busca desse entendimento é muito instigante e desafiadora, constituindo-se em condição única que permitirá ao sujeito (professor e aluno), sempre que possível, agir no contexto destas relações buscando minimizar as desigualdades sócio-econômicas e espaciais, objetivando com isso, a construção de uma sociedade mais justa.

## 6. O ESPAÇO URBANO DE JACAREZINHO

Fez-se necessário contextualizar o Bairro Nossa Senhora das Graças no âmbito do município de Jacarezinho para que os alunos percebam as diversas dimensões do espaço, ou seja, existem diversas escalas espaciais que vão gradativamente do bairro até a escala mundial. É importante que os alunos percebam que seu lugar de vivência não existe em si mesmo. Ele é mais uma pequena partícula da complexa rede da organização espacial. Nesse sentido, alguns aspectos do município de Jacarezinho, como: evolução demográfica, estrutura da ocupação urbana e serviços de infra-estrutura, foram levantados pelos alunos para discussão em sala de aula. Quanto à evolução demográfica, foi analisado o seguinte quadro:

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DE JACAREZINHO-1970/2000.

POPULAÇÃO	1970		1980			1991			2000		
	HAB.	%	HAB.	%	Δ%	HAB.	%	Δ%	HAB.	%	Δ%
TOTAL	38.806	100	38.926	100	0,3	40.858	100	5,0	39.625	100	-3,0
URBANA	19.161	49,4	23.652	60,8	23,4	30.111	73,7	27,3	33.515	84,6	11,3
RURAL	19.645	50,6	15.274	39,2	-22,2	10.747	26,3	-29,6	6.110	15,4	-43,1

FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970, 1980, 1991 E 2000.

Na análise do QUADRO 1 e com base Plano Diretor da cidade ressaltaram alguns aspectos da dinâmica populacional deste município. Dentre estes, destaca-se a queda de 3,0% na população total entre 1991 e 2000, causada pela drástica redução da população rural nesse intervalo. Retrocedendo à década de 1970, percebe-se que a população rural vem diminuindo desde então, com taxa de -22,2% entre 1970 e 1980, de -29,6% na década seguinte e, por fim, de -43,1% entre 1991 e 2000.

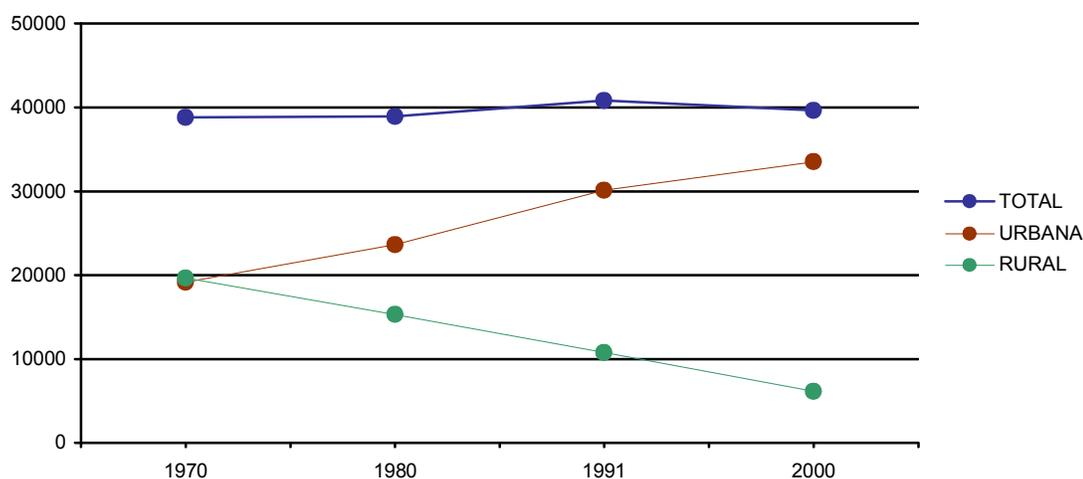
Com isso, a população rural do Município, que era de 19.645 em 1970, caiu para apenas 6.110 habitantes em 2000, apresentando um decréscimo total de 68,9% em 30 anos, período que coincide com o declínio da cafeicultura e a ascensão de culturas intensivas, como a cana-de-açúcar e a soja. Além disso, essas culturas, juntamente com a pecuária extensiva, são praticadas em grandes propriedades, intensificando o fenômeno de migração dos pequenos produtores e de trabalhadores rurais volantes. O decréscimo da população rural sofrido por Jacarezinho desde a década de 1970 causou impacto na sua população total, a qual

no período 1970/91 teve um crescimento bastante modesto, sustentado apenas pelo aumento da população urbana. No entanto, as modificações na estrutura produtiva do Município acarretaram tal concentração de renda e tamanho êxodo rural, que acabaram por afetar a economia da sede municipal, trazendo como conseqüência a redução no seu ritmo de crescimento e, finalmente, a queda no seu potencial de expansão demográfica.

Com isso, a população total de Jacarezinho em 2000 foi 3,0% menor do que em 1991, caindo de 40.858 para 39.625 habitantes, perdendo a primeira posição no *ranking* da microrregião para Santo Antônio da Platina, que apresentou 39.943 habitantes em 2000. Já a população urbana, registrou crescimento de 23,4% entre 1970 e 1980 e de 27,3% de 1980 a 1991. Entre 1991 e 2000, confirmando o exposto acima, o crescimento foi mais modesto - 11,3% - ficando aquém da média de 15,3% dos demais municípios do Norte Pioneiro.

Ocorre que, em um primeiro momento, a população oriunda do campo se instalou na própria Cidade, configurando um processo de migração intramunicipal, fenômeno que ocorreu entre 1970 e 1991. Entretanto, não encontrando ocupação nesta última, grande parte dessas pessoas partiram em busca de oportunidades de trabalho em centros urbanos maiores, provocando a retração no mercado consumidor da cidade e refletindo negativamente no desempenho econômico e demográfico desta. (SMDU, 2005, p. 47). Com base nos dados apresentados na tabela do IBGE os alunos realizaram o seguinte gráfico:

GRÁFICO 1:EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DE JACAREZINHO - 1991/2000.



FONTE: IBGE, CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970, 1980, 1991 E 2000.

Quanto à estrutura da ocupação urbana, que foi o segundo aspecto analisado, constatou-se que o perfil do espaço construído em Jacarezinho é bastante satisfatório, podendo-se afirmar que, no geral, as edificações são de bom padrão construtivo e apresentam-se bem cuidadas, sendo que na região denominada Nova Jacarezinho encontra-se as residências de melhor padrão de acabamento mais recentes da Cidade.

Por outro lado, em determinados bairros periféricos, principalmente nas regiões oeste e noroeste do quadro urbano, nas vilas São Pedro e Marina, as habitações são proporcionalmente mais simples, associadas às populações de menor poder aquisitivo. Também são constituídas de moradias mais modestas as áreas situadas em torno da Vila Setti e na extremidade leste da malha urbana, no Parque Aeroporto e na Vila Leão.

Deve-se fazer referência às duas ocupações irregulares existentes na Cidade, constituídas pela Favela da Pedreira, situada entre o sopé da escarpa que limita o final da Avenida Getúlio Vargas e a faixa de domínio da ferrovia, bem como pela Favela Nossa Senhora das Graças, que se estende na faixa de terra compreendida entre a pista de pouso do aeroporto e os loteamentos Vila Leão e Jardim Cristo Rei. No caso da Favela da Pedreira, o Município tentou no passado uma ação de desfavelamento, com o reassentamento de seus habitantes em casas populares construídas especialmente para esse fim.

Porém, como o Município não conseguiu construir casas para abrigar toda a população da Favela, de modo a poder transferi-la de uma só vez, a remoção foi apenas parcial, deixando muitas famílias para trás. Esse fato sinalizou aos moradores que o reassentamento não era para valer, incentivando muitos deles a vender as casas recebidas do Município e voltar para a favela.

No Plano Diretor do município consta a esse respeito que a ocupação da Favela Nossa Senhora das Graças deveria ter sido impedida quando do assentamento das suas primeiras famílias, para não prejudicar o funcionamento do aeroporto.

Devido à inércia do Município em coibir a ampliação da favela, o aeródromo acabou sendo inviabilizado, culminando com sua interdição definitiva, por parte do Ministério da Aeronáutica. Não se advoga o banimento de populações de baixa renda da Cidade, apenas se julga que a absorção dessas populações pode ser feita

de forma planejada, sem a necessidade de se perder um equipamento valioso e importante - como é um aeroporto com pista pavimentada - para o *status* de pólo regional que Jacarezinho, a duras penas, luta para manter. (SMDU, 2005, p. 92).

E finalizando os aspectos destacados pelos alunos sobre a cidade de Jacarezinho algumas referências são feitas, também, sobre os serviços de infraestrutura do município. Dentre estes se destacam: serviços de abastecimento de água, coleta e depuração de esgoto, asfaltamento, e energia elétrica.

Em relação aos serviços de abastecimento de água tem-se que, após o tratamento, a água é levada a um reservatório apoiado com capacidade de 1.000,0m<sup>3</sup>, situado anexo à estação de tratamento, e daí é distribuída aos vários bairros da Cidade através de um sistema bastante complexo, devido à topografia acidentada da cidade.

Devido à demanda e às diferenças de cota, alguns bairros de Jacarezinho sofrem com a escassez durante os meses de verão. Essa deficiência, aliada à baixa qualidade da água fornecida pelo Rio Jacaré, levou à escavação de dois poços tubulares profundos, para abastecimento parcial dos bairros Jardim Marina, Dom Pedro Filipak e Vila Scyllas Peixoto.

A captação subterrânea é uma alternativa bastante viável para Jacarezinho, pelo fato desta situar-se sobre o aquífero Guarani, manancial subterrâneo localizado imediatamente abaixo das rochas sedimentares do arenito Botucatu, condição que lhe garante um bom potencial de abastecimento de água subterrânea.

Segundo dados da SANEPAR de 2003, apenas a Faculdade de Filosofia, era abastecida por água subterrânea, por meio de um poço com 71 metros de profundidade. Em outros municípios da Região, os poços são bastante freqüentes, como nos casos de Bandeirantes, Cambará e Santo Antônio da Platina, com 3 poços cada; Barra do Jacaré e Leópolis, com 2 poços cada e Jundiá do Sul, com um poço.

No entanto, o fato de Jacarezinho e outras cidades estarem na área de recarga do aquífero demanda medidas de proteção e reflorestamento das matas ciliares e cabeceiras de drenagem, bem como de ações visando evitar a contaminação desse manancial por agrotóxicos e poluentes orgânicos ou industriais.

Com relação ao sistema de tratamento de esgoto, a estação se localiza às margens do Ribeirão Ourinhos, entre este e a ferrovia, nas proximidades dos antigos galpões do Instituto Brasileiro do Café - IBC.

A maior dificuldade em estender a rede a 100% dos domicílios de Jacarezinho na capacidade de tratamento da estação, e sim no fato de que alguns bairros - como a Vila Rosa e o Jardim São Luiz II - situam-se sobre solos litólicos, com pouca espessura e com afloramento de rochas, o que torna onerosa a instalação da rede.

Outras localidades desprovidas de rede são aquelas de ocupação irregular, tais como as favelas da Pedreira e Nossa Senhora das Graças, que por sua clandestinidade são carentes de outros aspectos de infra-estrutura urbana.

Devido à não existência de rede nesses bairros, os moradores acabam por utilizar fossas ou simplesmente lançam os dejetos diretamente nos cursos d'água da Cidade, o que configura um grave problema sanitário. No entanto, cabe questionar o porquê do não atendimento à essa população, melhorando sua qualidade de vida e minimizando a poluição dos recursos hídricos da Cidade, que já sofrem com problemas de assoreamento. (SMDU, 2005, p. 72).

Quanto ao serviço de asfaltamento das ruas percebe-se a pavimentação das ruas deixa a desejar com relação à qualidade e à quantidade, já que apenas cerca de 75% das vias da Cidade são pavimentadas, a maioria delas em mau estado de conservação, enquanto os outros 25% são de cascalho ou chão batido.

De acordo com o PD (Plano Diretor) elaborado em 1994, estima-se que 1,4% das vias pavimentadas da cidade sejam de paralelepípedos, 17,0% de asfalto sobre base de paralelepípedos, 62,0% de asfalto sobre brita e 19,6% de asfalto sobre saibro.

O fato de a Cidade ser bastante antiga contribui para a má qualidade do pavimento, já que as primeiras pavimentações ocorreram na área central, no final da década de 1940, com o uso de paralelepípedos. (SMDU, 2005, p. 74).

E finalizando, com respeito à iluminação pública, em geral, toda a cidade é atendida. No entanto, como a área urbanizada é bastante espalhada e há muitos loteamentos isolados, separados entre si por grandes vazios, certos trechos desabitados das vias de ligação entre esses loteamentos não têm iluminação, o que rebaixa as condições de segurança nesses trechos. Dentro de alguns loteamentos periféricos, ainda parcialmente ocupados, também há ruas sem iluminação pública, como é o caso da Vila Scyllas Peixoto e do Jardim São Luiz. (SMDU, 2005, p. 76).

Fica evidente na análise destes aspectos referentes a cidade de Jacarezinho que existe uma organização socioespacial que privilegia parte da população e marginaliza outra parte, identificada aqui pela Vila Scyllas Peixoto, Jardim São Luiz e

Bairro Nossa Senhora das Graças, sendo esta última nosso objeto de estudo como já mencionado anteriormente.

## 7. TRABALHANDO COM OS ALUNOS A ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Feitas as considerações acima explicar-se-á a dinâmica do trabalho de pesquisa realizada pelos alunos. A metodologia utilizada foi o estudo do meio através de trabalho de grupo.

Esta metodologia consistia em:

- Elaboração de questões pelos alunos sob orientação do professor,
- Alunos pesquisadores organizados em dupla,
- Cada dupla ficou responsável pela pesquisa em uma rua ou quarteirão,
- Sistematização das informações coletadas,
- Elaboração de gráficos manualmente ou em programas de computador,
- Apresentação dos resultados em cartolinas ou através do uso de TV/pen-drive.

Os alunos elaboraram em conjunto com o professor um questionário com aproximadamente 30 questões sobre cinco aspectos:

- Renda familiar,
- Padrão das Construções Residenciais,
- Consumo de energia e Equipamentos eletro-eletrônicos,
- Serviços de infraestrutura,
- Segurança Pública.

O objetivo estava claramente colocado para eles:

- Levantar dados quantitativos que evidenciem aspectos relevantes das áreas pobres da periferia urbana.
- Análise qualitativa sobre os dados levantados que verse sobre a qualidade de vida da comunidade pesquisada.

Adotou-se esta metodologia por acreditar que o processo de descoberta diante de um meio qualquer, seja urbano, seja rural, pode aguçar a reflexão do aluno para produzir conhecimentos que não estão nos livros didáticos.

O estudo do meio é uma metodologia de ensino que pretende desvendar a complexidade de um espaço determinado extremamente dinâmico e em constante transformação (...) permite que aluno e professor se embrenhem num processo de pesquisa. Mais importante do que dar conta de um rol de conteúdos extremamente longo, sem relação com a vivência do aluno e com aquilo que ele já detém como conhecimento primeiro, é saber como esses conteúdos são produzidos. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 173).

O aluno está acostumado a ver a paisagem onde mora, ou de outro lugar, com um olhar comum. Vê e o interpreta através do senso comum, mas em um trabalho de campo, com o suporte do professor, poderá perceber o que existe por trás do que se vê ou do que se ouve.

Uma das etapas importantes do estudo do meio é o trabalho de campo – a saída da escola já permite outro modo de olhar. O Aluno pode, se bem orientado, utilizar todos os seus sentidos para conhecer melhor certo meio, usar todos os recursos de observação e registros e cotejar as falas de pessoas de diferentes idades e profissões. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE; 2007, p. 174).

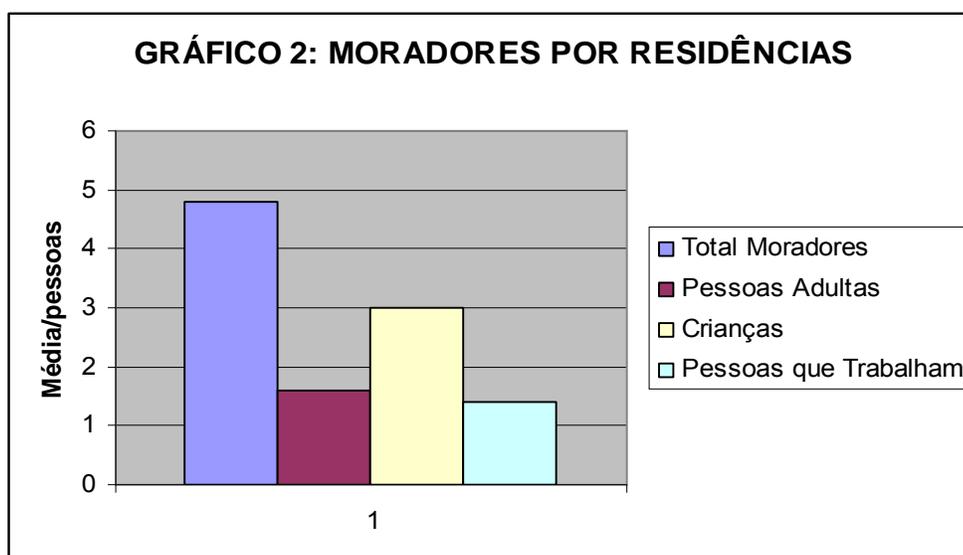
O trabalho em grupo permite ao aluno compreender o espaço a partir de vários olhares, pois cada indivíduo tem o seu jeito próprio de ver e interpretar o que vê, permite ainda a discussão sobre diferentes pontos de vistas diferentes, enriquecendo ainda mais a apreensão do objeto de estudo.

Um projeto de ensino fundamental nessa metodologia realiza um movimento de apreensão do espaço social, físico e biológico que se dá em múltiplas ações combinadas e complexas. Para apreender a complexidade do real, faz-se necessária a existência simultânea de muitos olhares, da reflexão conjunta e de ações em direção ao objetivo proposto pelo grupo de trabalho. (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2007, p. 174).

O resultado desta pesquisa foi a sistematização em quadros dos dados levantados, visualizados através de gráficos e concluído com um relatório de análise dos mesmos. Abaixo se encontra uma amostragem do trabalho realizado por um dos grupos de alunos pesquisadores.

QUADRO 2: INFORMAÇÕES DOS MORADORES POR RESIDÊNCIAS				
RESIDÊNCIA	QUANTIDADE MORADORES	PESSOAS ADULTAS	CRIANÇAS	PESSOAS TRABALHAM
1	3	1	2	1
2	7	2	5	2
3	5	2	3	2
4	5	1	3	1
5	4	2	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>8</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>4,8</b>	<b>1,6</b>	<b>3</b>	<b>1,4</b>

Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

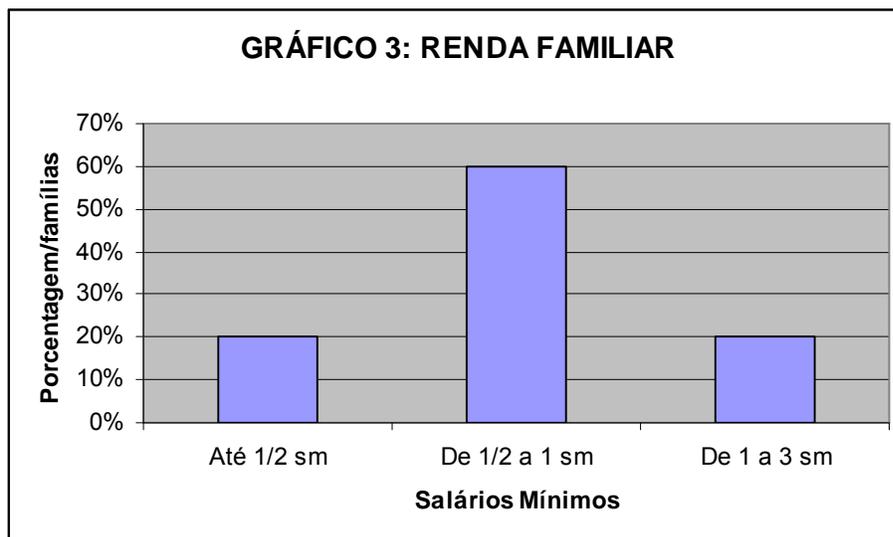


Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

GRÁFICO 2 - “MORADORES POR RESIDÊNCIA”, do total de moradores (24), média de 4,8 pessoas por residência, 3 eram crianças e apenas 1,4 em média trabalham, ou seja, muitos dependem financeiramente das poucas pessoas que trabalham.

QUADRO 3: RENDA FAMILIAR				
RESIDÊNCIA	Até 1/2 sm	De 1/2 a 1 sm	De 1 a 3 sm	De 3 a 5 sm
1	X			
2		X		
3		X		
4		X		
5			X	
<b>TOTAL</b>	1	3	1	0
	1/5=0,20	3/5=0,60	1/5=0,20	
	<b>Até 1/2 sm</b>	<b>De 1/2 a 1 sm</b>	<b>De 1 a 3 sm</b>	
	20%	60%	20%	

Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

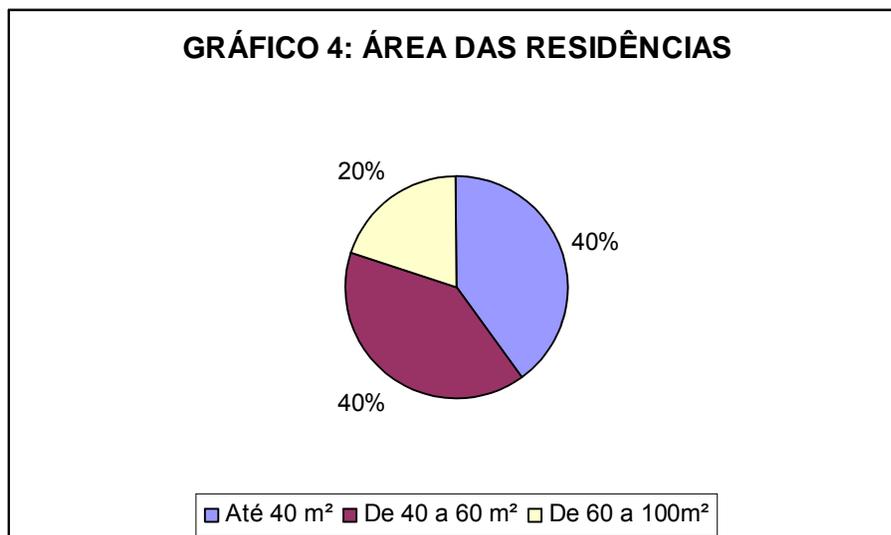


Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

GRÁFICO 3 - “RENDA FAMILIAR”, destaca-se que 60% das famílias pesquisadas recebem de  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo o que agrava ainda mais a situação de pobreza, já que se soma a esta baixa renda familiar o fato de que em cada família poucas pessoas estão empregadas.

QUADRO 4: ÁREA DAS RESIDÊNCIAS				
RESIDÊNCIA	Até 40 m <sup>2</sup>	De 40 a 60 m <sup>2</sup>	De 60 a 100m <sup>2</sup>	Acima 100m <sup>2</sup>
1			x	
2	x			
3	x			
4		x		
5		x		
<b>TOTAL</b>	2	2	1	0
	2/5=0,40	2/5=0,40	1/5=0,20	
	<b>Até 40 m<sup>2</sup></b>	<b>De 40 a 60 m<sup>2</sup></b>	<b>De 60 a 100m<sup>2</sup></b>	
	40%	40%	20%	

Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

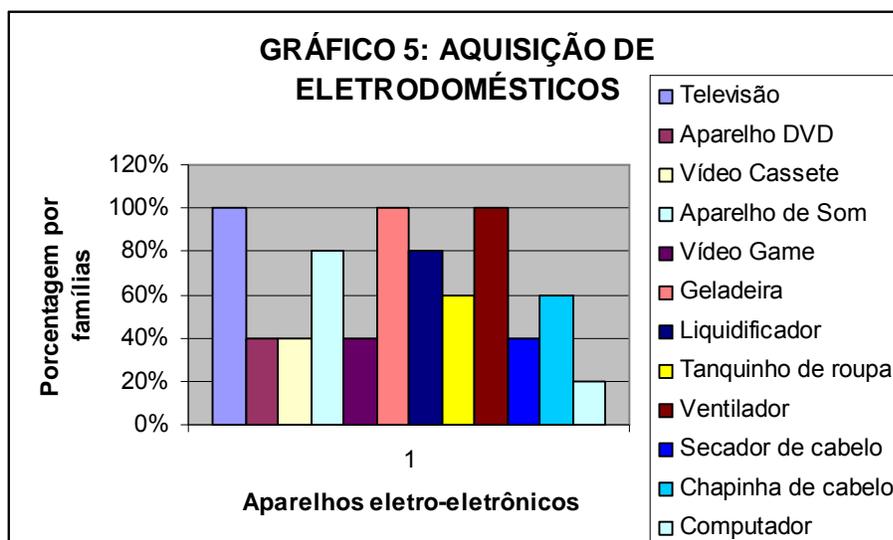


Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

GRÁFICO 4 – “ÁREA DAS RESIDÊNCIAS”, quanto ao tamanho das residências, gráfico 4, tem-se que 80% delas representam áreas que variam até 60m<sup>2</sup>, destacando que muitas são muito pequenas não ultrapassando 40m<sup>2</sup>, isto demonstra a falta de espaço interno para a devida privacidade de cada indivíduo.

QUADRO 5: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS								
APARELHOS	RESIDÊNCIAS						TOTAL	%
	1	2	3	4	5			
Televisão	X	X	X	X	X	5	100%	
DVD	X			X		2	40%	
Vídeo Cassete		X		X		2	40%	
Aparelho de Som	X	X	X		X	4	80%	
Vídeo Game	X			X		2	40%	
Geladeira	X	X	X	X	X	5	100%	
Freezer						0	0%	
Batedeira de bolo						0	0%	
Liquidificador	X	X	X	X		4	80%	
Máquina de lavar roupa						0	0%	
Tanquinho	X	X		X		3	60%	
Aspirador de pó						0	0%	
Fogão elétrico						0	0%	
Ventilador	X	X	X	X	X	5	100%	
Microondas						0	0%	
Secador de cabelo	X			X		2	40%	
Chapinha de cabelo	X		X	X		3	60%	
Computador		X				1	20%	

Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

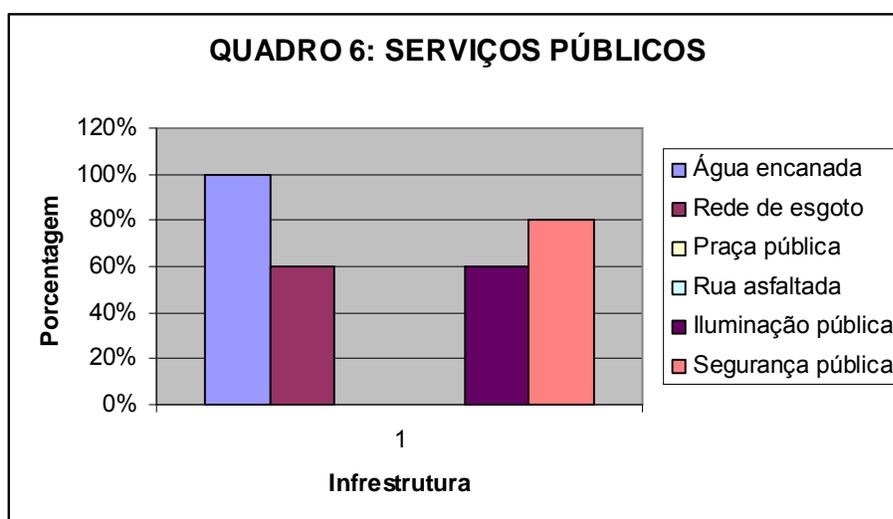


Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

GRÁFICO 5 – “AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS”, sobre “Utilização de eletrodomésticos” aparece com destaque, em 100% das famílias, aparelhos comuns, como, televisão, geladeira, ventilador e alguns outros de extrema necessidade, e quase a inexistência de aparelhos mais sofisticados com DVDs, computador, máquina de lavar, etc.

QUADRO 6: SERVIÇOS PÚBLICOS							
SERVIÇOS PÚBLICOS	RESIDÊNCIAS					TOTAL	%
	1	2	3	4	5		
Água encanada	X	X	X	X	X	5	100%
Rede de esgoto	X			X	X	3	60%
Praça pública						0	0%
Rua asfaltada						0	0%
Iluminação pública	X	X		X		3	60%
Segurança pública	X		X	X		3	80%

Fonte: Pesquisa de campo dos alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.



Fonte: alunos do 1º Ano. E.M. CE Anésio A. Leite, 2009.

GRÁFICO 6 – “SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA” – apenas água encanada atende 100% da população alvo, há insuficiência de rede de esgoto, por isso parte dos dejetos escorrem pelas ruas a céu aberto, ruas estas, desprovidas de pavimentação. Não há área de lazer coletiva como praças, parques ou clubes e a segurança pública satisfaz 80 das pessoas entrevistadas. Cabe ressaltar que a alta porcentagem de satisfação citada está relacionada com a participação da polícia na resolução dos conflitos comuns do cotidiano das pessoas. A pesquisa não traz informações mais complexas como o tráfico de drogas e assassinatos, temas estes que a população evita comentar.

Finalizando os trabalhos os alunos elaboraram um “Relatório”, no qual concluem que os resultados obtidos na pesquisa de campo mostram a situação precária de vida das pessoas que moram na comunidade Nossa Senhora das

Graças. Fica evidente o pouco atendimento as suas necessidades básicas, constituindo esta, uma área de segregação socioespacial.

E esta área é muito importante para eles por se tratar de ser o seu espaço geográfico. É o lugar onde nasceram, onde vivem e onde a maioria vai continuar a viver e constituir novas famílias, portanto tem um significado muito especial.

Porém, pela primeira vez puderam ver este local com os olhos críticos, pois desvendaram as mazelas sociais em que vivem. Espera-se, assim, que a partir desta constatação possam agir como cidadãos conscientes e que organizados em sua comunidade, venham exigir das autoridades competentes as melhorias a que todas as pessoas têm o direito para viver com dignidade.

## 8. CONCLUSÃO

As reflexões feitas neste artigo levam a concluir que é possível desenvolver uma metodologia de trabalho que seja capaz de levar o aluno ao aprendizado de fato. A utilização de livros didáticos como cartilha a ser seguida do início ao fim é coisa do passado. Isto não serve mais para o momento atual. As velhas práticas docentes devem ser repensadas e substituídas urgentemente por novas formas de ensino.

De nada adianta chegar às escolas bons livros didáticos se o professor permanecer utilizando-se de metodologias ultrapassadas, como por exemplo: fazer o aluno decorar conceitos científicos. Esses mesmos conceitos podem e devem ser aprendidos por eles de forma vivencial.

Neste sentido a pesquisa de campo constitui uma forma atrativa e motivadora, a qual leva o aluno a se comprometer com seu aprendizado. Isto porque ele sai da sala de aula para sentir, ver, ouvir, relacionar-se com seu objeto de estudo. Isto se torna ainda mais importante, quando este objeto é seu local de moradia a exemplo do caso apresentado neste artigo. Estudar a cidade é sair a campo para desvendar sua organização socioespacial e observar as relações de poder e dominação nela existente.

Enfim, quando os alunos passarem a compreender seu local de existência, quer seja o bairro ou o planeta Terra, o ensino da Geografia deixará de ser um instrumento de alienação e dominação e passará a ser o de libertação do ser humano.

## 9. REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

EDITORA MODERNA. **Projeto Araribá**. Geografia/Obra Coletiva. 1 ed. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, A. U. (org.). **Para Onde Vai o Ensino de Geografia**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação do Estado do Paraná**. Curitiba, 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE JACAREZINHO. **Plano Diretor do Município**. Jacarezinho, 2005

VESENTINI, J.; VLACH, V. **Geografia Crítica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.